



## De onde é que vimos? A história da Europa e da Cidadania

Vamos começar pelo princípio – em que parte da Europa é que nasceu/apareceu o conceito de cidadania, e quais os seus moldes e formas ao longo dos séculos? Este capítulo não consegue contar toda a história da cidadania, nem tão pouco a da Europa. O que este capítulo consegue, esperamos nós, é mostrar-lhe de onde surgiram algumas das nossas ideias e tradições e, claro, da nossa herança cultural. Evidentemente, que uma tentativa deste género só pode ser subjectiva. Convidamo-lo para uma pequena viagem ao passado: a descobrir grandes ideias e pensadores famosos, a reflectir sobre os seus pensamentos e crenças e a formar a sua própria opinião. Desfrute da viagem!

### *Cidadania no mundo antigo*

Diz-se que o conceito de cidadania nasceu no mundo clássico dos gregos e dos romanos. Quando o tempo das monarquias terminou, o conceito evoluiu envolvendo um maior número de habitantes na definição de leis e execução de governo – claramente as primeiras raízes da cidadania moderna! Mas, a maioria das pequenas cidades-estado da Grécia Antiga apenas permitiam a participação na vida cívica aos habitantes livres do género masculino, o que implica que os cidadãos fossem, na realidade, uma minoria. As crianças, as mulheres, os escravos e os estrangeiros não eram considerados cidadãos. Os romanos chegaram mesmo a usar o estatuto de cidadão “Civitas” como um privilégio que podia ser adquirido e perdido. Como podem ver, a cidadania nem sempre significou viver num ambiente democrático! No entanto, e já naquele tempo existiam pensadores, como o filósofo grego Platão, que estava convencido de que a democracia é simplesmente a forma mais atractiva de uma sociedade civil. Estava até seguro que a sua “República” só poderia existir após uma revolução. E a história provou de forma violenta que ele estava certo! Outro grande filósofo foi Aristóteles. Muitas das suas ideias, pensadas há cerca de 2.300 anos atrás, continuam a desempenhar um papel extremamente importante nas nossas vidas e na forma como pensamos e agimos hoje. “O todo é maior que a soma das suas partes” é uma citação que usamos frequentemente, mas que quase ninguém sabe que é atribuída a Aristóteles. A sua convicção mais importante e que melhor serve o nosso propósito é a de que as comunidades existem por causa do impulso da humanidade de estar e de viver com os outros. Aristóteles também escreveu outra coisa que continuará a ser verdade daqui a mais 2.300 anos: ele acreditava que uma educação bem organizada – não só em escolas, como também em instituições formais exteriores – gera sociedades onde os cidadãos não querem apenas sobreviver, querem também viver em sintonia com o sentido da responsabilidade social. Espantoso, não é? Uma das facetas do mundo antigo de que pode ter ouvido falar é a “Ágora”, um espaço público e o centro da actividade cívica, em Atenas. Era neste local que as decisões eram tomadas pelos cidadãos, onde as discussões tinham lugar e onde as trocas eram feitas. A “Ágora” era o coração da sociedade civil ateniense, uma sociedade baseada na comunidade e no colectivo em detrimento do individual. Se quiser explorar um pouco mais o mundo antigo, pode consultar os seguintes sites:

<http://www.fordham.edu/halsall/ancient/asbook.html>

<http://ancienthistory.about.com/>

<http://plato.evansville.edu/public/burnet/>

<http://www.wsu.edu/~dee/GREECE/GREECE.HTM>

<http://www.wsu.edu/~dee/ROME/ROME.HTM>

<http://sophies-world.com/SophieText/aristotle.htm>

[http://home.earthlink.net/~pdistan/howp\\_2.html](http://home.earthlink.net/~pdistan/howp_2.html)



### ***Cidadania desaparece – e regressa***

A noção de “cidadania” e os seus conceitos e filosofias subjacentes, praticamente desapareceram do continente durante os tempos medievais do feudalismo, quando apenas algumas pessoas estavam habilitadas a governar a grande maioria.

Foi apenas, mais tarde, já no século XVI e durante o movimento renascentista, que os cidadãos gradualmente reapareceram na Europa, especialmente nas cidades-estado italianas, onde a cidadania estava normalmente ligada a certas condições. Na maioria das cidades, a cidadania era limitada aos filhos dos cidadãos. Em Veneza, apenas para dar um exemplo, uma pessoa tinha de viver como um não-cidadão e pagar impostos durante 15 anos para que pudesse tornar-se um cidadão veneziano.

Porém, foi o “Iluminismo” que finalmente trouxe o conceito de cidadania de volta à Europa. Leia para saber mais ou espere um pouco e descubra o tempo do Renascimento:

<http://www.historyguide.org/earlymod/lecture1c.html>

<http://www.oir.ucf.edu/wm/paint/glo/renaissance/>

<http://www.bartleby.com/65/ci/citystat.html>

<http://www.crs4.it/Ars/arshhtml/arstitle.html>

### ***O Iluminismo Europeu***

O Iluminismo foi um movimento europeu deveras abrangente, pois abraçava filosofia, arte, literatura e música, juntamente com as teorias sociais, culturais, linguísticas e políticas, no final do século XVII, e durante o século XVIII. O iluminismo preocupava-se em alcançar o exterior e em ver o mundo de forma diferente – o que, claro, incluía o papel dos cidadãos e o significado de cidadania. Um dos seus postulados básicos é que nada é dado ou predeterminado, porém o universo é fundamentalmente racional, o que significa que pode ser entendido através da razão e pode ser controlado. Partindo deste princípio e inspirado pelas cidades-estado gregas, Jean-Jacques Rousseau desenvolveu a ideia de que todos os cidadãos devem contribuir nas decisões políticas sem pretender obter vantagens pessoais.

Os ideais dos filósofos “iluminados” tiveram um grande impacto. A própria Revolução Francesa identifica-se com os ideais do “iluminismo”, para além de que também influenciaram a constituição dos Estados Unidos da América. Mesmo hoje, os ideais de Rousseau não estão mortos. John F. Kennedy disse uma vez, quase cem anos mais tarde: “As acções políticas são a maior responsabilidade de um cidadão”, e é apenas uma das inúmeras citações que podíamos atribuir a gente famosa. Pense apenas em quantas pessoas vê a falar diariamente na TV, no seu próprio bairro, ou até no seu trabalho sobre variadíssimas ideias desenvolvidas e promovidas durante o “Iluminismo”!

Infelizmente, este não é o local para aprofundar as ideias que estão por trás do “Iluminismo”, mas deixamos algumas possibilidades excitantes para que aprenda um pouco mais sobre Rousseau e Voltaire, Hume e Smith, e muitos outros grandes filósofos e os seus estimulantes pensamentos.

<http://www.wsu.edu/~dee/ENLIGHT/ENLIGHT.HTM>

<http://mars.wnec.edu/~gempel/courses/wc2/lectures/enlightenment.html>

[http://www.wsu.edu/~brians/hum\\_303/enlightenment.html](http://www.wsu.edu/~brians/hum_303/enlightenment.html)

<http://europeanhistory.about.com/cs/enlightenment/>

[http://home.earthlink.net/~pdistan/howp\\_7.html](http://home.earthlink.net/~pdistan/howp_7.html)



## A interpretação liberal de cidadania

A ideia fundamental que sustenta a interpretação liberal de cidadania é apenas que o cidadão tem alguns direitos básicos enquanto for leal para com o seu estado (não para com o regime de poder institucionalizado numa dada altura).

Um dos primeiros e mais influentes pensadores liberais foi o filósofo inglês John Locke. Segundo ele, o estado existe para bem dos cidadãos e da protecção dos seus direitos e liberdades. De acordo com um contrato social estabelecido entre as pessoas e o seu governo, os cidadãos têm liberdade para pensar, para acreditar, para expressar as suas crenças, para se organizarem, para trabalhar, para vender e comprar, e para escolher o seu governo livremente ou até para o mudar (ou até mesmo para o destituir por revolução).

Além destas ideias relacionadas com a liberdade dos indivíduos, alguns pensadores liberais estavam também preocupados com questões relativas ao colectivo e à sociedade como um todo. O filósofo escocês John Stuart Mill argumentava, por exemplo, que a maturidade moral é essencial e que é apenas possível se um cidadão estiver envolvido em algum tipo de actividade colectiva com outros cidadãos ou em seu nome. Liberdade apenas tem sentido quando está interligada com noções como responsabilidade colectiva e igualdade, ou, como Hobhouse disse: "Liberdade sem igualdade é um nome com um som nobre e um significado esqualido." (1911, pág. 38). Na realidade, esta crença inalterável na igualdade fundamental entre todas as pessoas é algo que pode ser atribuído aos Estóicos, um movimento filosófico fundado em Atenas, 300 A.C.

E foi destas duas posições, estreitamente ligadas mas antagónicas, que se desenvolveram duas escolas de pensamento. Ambas partilham a mesma crença essencial no verdadeiro significado de liberdade e são normalmente referidas como individualistas liberais (a anterior) e comunitários liberais ou republicanos (os posteriores). Como vê, o adjectivo liberal está relacionado a muito mais do que apenas a economia de comercio livre, a forma como, hoje, o movimento liberal é frequentemente interpretado e limitado!

As raízes do liberalismo ainda têm um papel fundamental nas sociedades de hoje, tal como os ideais do "Iluminismo". Pense, apenas, no argumento usado de que os cidadãos não nascem cidadãos, mas são transformados/feitos. As pessoas têm de crescer num ambiente democrático para que se tornem cidadãos democráticos.

Deixamos mais alguns bons recursos para que possa explorar os ideais do movimento liberal:

<http://www.worldlib.org>

<http://www.utm.edu/research/iep/l/locke.htm>

<http://www.turnleft.com/liberal.html>

<http://www.utm.edu/research/iep/m/milljs.htm>

<http://www.lymec.org>

[http://www.britannica.com/heritage/article?content\\_id=1374](http://www.britannica.com/heritage/article?content_id=1374)

## Revoluções

Desenvolveu-se uma série de ideias, baseadas na visão inteiramente racional promovida pelo "Iluminismo", sobre como se poderia influenciar e alterar a sociedade. As ideias de mudança levaram a exigências de mudança e as exigências de mudança levaram às revoluções que todos nós conhecemos. As revoluções eram vistas como a forma mais eficaz de alcançar a mudança política e social.

A Revolução Francesa foi a primeira grande revolução social, de muito maiores proporções e com a sua "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", com muito maior significado do que a Revolução Americana que a precedeu. Ao nível mundial, apenas a Revolução Russa de Outubro de 1917, que originou o comunismo moderno, pode competir com o que se passou em França no final do século XVIII.

A fundação da república moderna, a separação estrita entre o Estado e a Igreja, as raízes do movimento de direitos humanos, o nascimento da famosa e revolucionária tríade "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", a chama de ignição para os primeiros movimentos feministas explícitos – tantos foram os acontecimentos que, directa ou indirectamente, nasceram destas revoluções sociais, que não os conseguimos listar todos. Mas podemos convidá-lo a explorar algumas das ideias e impactos e, mais importante ainda, os seres humanos capazes de tudo isto!

[http://www.britannica.com/history/euro/1/2\\_2.html](http://www.britannica.com/history/euro/1/2_2.html)

<http://www.thehistorychannel.co.uk/classroom/gcse/rus2.htm>

<http://www.wsu.edu/~dee/REV/>

<http://www.bbc.co.uk/education/modern/russia/russifla.htm>

<http://chnm.gmu.edu/revolution/browse/texts/>

<http://revolution.h-net.msu.edu/>

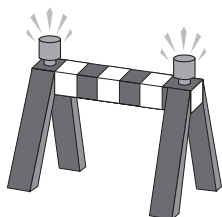
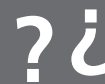
<http://www.pbs.org/ktca/liberty/>

<http://www.historyplace.com/unitedstates/revolution/>



Das linhas de pensamento acima mencionadas, de acordo com qual gostaria de ser considerado um cidadão?

Das linhas de pensamento acima mencionadas, de acordo com qual gostaria de ser considerado um líder?



Faça uma estátua humana para cada linha de pensamento (Teatro Imagem), de forma a mostrar as relações entre os cidadãos, o Estado e os restantes participantes na sociedade. Junte-as e procure semelhanças, diferenças e sinais de desenvolvimento/progresso.

(Para mais informações sobre o Teatro Imagem, veja [http://www.engage.nu/interact/Working\\_Methods/interactivetheatre.htm](http://www.engage.nu/interact/Working_Methods/interactivetheatre.htm))

Após uma breve introdução sobre as principais linhas de pensamento, que inspiraram o que hoje entendemos por cidadania, e os principais acontecimentos que nos levaram até onde estamos, convidamo-lo a descobrir novos conceitos relacionados com a cidadania e as suas origens. Não se esqueça de que estes conceitos estão normalmente ligados a diferentes movimentos filosóficos e a acontecimentos históricos, que não podemos referir na sua totalidade. Mais ainda, estes conceitos, tal como o capítulo inteiro, foram subjectivamente escolhidos e descritos. Acreditamos que será um estímulo para o seu pensamento.

### O Estado-Nação

O conceito de Estado-Nação existe apenas há cerca de 200 anos, embora tenhamos tendência para acreditar no oposto, simplesmente porque é aquilo que conhecemos. Na verdade, a história não é a história de estados-nação. Podemos até atrever-nos a perguntar se o conceito não será apenas transitório. Processos como a globalização, o fortalecimento da União Europeia e a imigração obrigaram os Estados-Nação outrora fechados a abrirem-se. Afinal quanto tempo durará o seu capítulo na história?



Como é que acha que o Estado-Nação estará daqui a 20 anos?



Basicamente, a história moderna da Europa pode ser descrita como a história dos Estados-Nação. Muitas nações europeias materializaram-se como estados apenas durante o século XIX. E isso acontecia normalmente depois da sua formação, da homogeneização das línguas, do estabelecimento dos sistemas educativos e do aparecimento de elementos de uma "cultura" nacional partilhada (tais como bandeiras, hinos e símbolos semelhantes).

No final, as nações podem ser construídas mais ou menos por acaso, tal como podem ser destruídas ou reconstruídas. Torna-se importante compreender que quando se constrói uma nação, algumas pessoas são incluídas e outras não, e a questão da inclusão raramente tem em conta o que as pessoas pensam que são. Se pensarmos cuidadosamente no processo de integração europeu e no debate político sobre a imigração, podemos ver que foi exactamente isso que aconteceu: ao definir quais os países que pertencem à Europa e quais não pertencem, algumas pessoas são incluídas e outras são excluídas. Conhece alguém que se sente Europeu mas não é considerado como um cidadão legal da União Europeia?

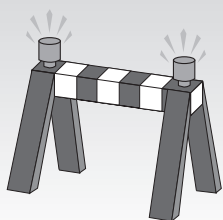
Ainda que todos os estados definam claramente quem pertence à sua nação e quem não pertence, ou quem está autorizado a pertencer e quem não está, existem algumas diferenças na forma como o fazem. Em alguns países, pertencer a uma nação é determinado de acordo com "jus sanguinis" (em latim, original, que significa "lei de sangue"). Significa simplesmente que uma criança herda a cidadania do seu pai e da sua mãe. Noutros países, governa o "jus solis" (também em latim e significa "lei do solo"), o que significa que a cidadania é decidida de acordo com o local de nascimento. Estes sistemas são antagónicos e levam regularmente a duplas nacionalidades ou a apatride (a perda de cidadania).

Devido a inúmeras razões, hoje os estados nação não são, tal como costumavam ser, independentes uns dos outros no sentido mais forte da palavra. Pelo contrário, a interdependência entre os países cresce, dia após dia, cada vez mais depressa e mais poderosa. Basta pensar no Euro, que conseqüentemente, une fortemente os doze Estados-Nação europeus. Na realidade, o Conselho da Europa representa a primeira tentativa do pós-guerra de organizar e fortalecer essa interdependência. Uma tentativa cujo o sucesso foi visível durante o seu 50º aniversário, em 1999.

.../...



A União Europeia é outro modelo mais avançado de regulação de dependência mútua entre uma série de Estados-Nação na Europa. A UE cresceu muito desde a sua primeira modesta fase de cooperação económica até uma união madura, que é já perto de uma confederação e que tem mais ambições. Na realidade a UE consegue, pela primeira vez na história dos Estados-Nação, extrair as soberanias nacionais para um nível supranacional e criar um equilíbrio dinâmico entre esta nova soberania e os interesses nacionais. Mais ainda, consegue também ajudar na sensibilização das pessoas relativamente ao facto de que os Estados-Nação não são a única forma de identidade colectiva e que não tem mais dignidade que os restantes elementos da nossa identidade.



Faça um pequeno *brainstorm* para uma lista de questões que pense serem importantes para as pessoas na sociedade de hoje. Em pequenos grupos, discuta se acha que esses temas devem ser abordados a um nível local, nacional ou internacional. Faça *feedback* das discussões e compare as respostas. Inicie uma discussão sobre os níveis apropriados para uma tomada de decisão ("subsidiariedade"). Relacione-os com o papel da União Europeia.

### **O Euro não foi o primeiro...**

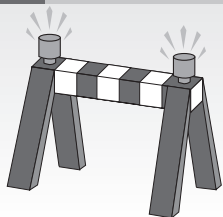
Quando o Euro foi introduzido, no 1º dia de Janeiro de 2002, substituindo doze das mais importantes moedas de uma só vez, havia muito para ser lido sobre a singularidade do acontecimento, a imparidade do momento e sobre a extraordinária façanha de doze países europeus.

Mas se recuarmos mais de mil anos na história europeia, descobrimos a existência de uma verdadeira moeda única europeia. Foi por volta de 750, quando o Rei Pipino, o Breve, Rei dos Francos, introduziu a denier de prata, a moeda que permaneceu como o padrão europeu por mais de 500 anos.

Tal como as histórias dos estados-nação, também a história das moedas europeias é extremamente curta. Nenhuma das moedas dos Estados-Nação tem mais de 200 anos. O marco alemão tinha acabado de festejar o seu 50º aniversário quando foi substituído pelo Euro. A história da vida da maioria das moedas europeias é surpreendentemente curta, embora a maioria das pessoas estivesse convencida do contrário. Também estava?



Há quanto tempo existe na sua forma actual (ou pré-Euro) a moeda do seu país?



Proponha um debate sobre os prós e os contras do estabelecimento de uma moeda única global

### **Os Direitos Humanos são muito mais velhos do que possa imaginar...**

A pista do conceito dos Direitos Humanos pode ser seguida até ao tempo dos Estóicos na Grécia Antiga, e até a outras culturas fora da Europa. Acredita-se que a primeira vez que se desenvolveu uma carta escrita, com alguns direitos básicos do homem, foi em Inglaterra, onde o Rei João de Inglaterra assinou a "Magna Carta", no século XIII.

Na altura do movimento renascentista, alguns pensadores acreditavam na crença dos gregos antigos, que todos os homens são iguais, e durante o século XVII e XVIII a ideia dos direitos naturais subjacentes foi evoluindo. Mas foi apenas durante o "Iluminismo" e por altura das revoluções no final do século XIX, que os direitos humanos (como direitos adquiridos pelas pessoas enquanto seres humanos e precisamente por o serem) se tornaram parte integrante da agenda política.

.../...



Foi a Declaração de Independência Americana de 1776, que manifestou, de forma inolvidável, que “todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, como o direito à vida, à liberdade e à procura da felicidade”. No entanto e infelizmente, a constituição dos EUA não estendia esses direitos aos escravos e às mulheres.

Em 1788 foi adoptada a “Declaração dos Direitos dos Homem e dos Cidadão”, resultado da Revolução Francesa, onde se definiram direitos humanos básicos, muito semelhantes aos esboçados pela Declaração de Independência.

Foi apenas em 1948, quando as Nações Unidas adoptaram unanimemente a Declaração Universal dos Direitos Humanos no dia 10 de Dezembro, que os direitos humanos foram declarados como válidos não apenas para os homens, mas para todos os seres humanos.



Acredita que os direitos humanos devem ser aplicados universalmente, da mesma forma a todas as mulheres, homens e crianças deste planeta? Será que as pessoas devem ser forçadas a regerem-se de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos? Como é que lidaria com uma pessoa que tivesse violado qualquer um desses “Direitos”?



Desde então, foram adoptados uma série de *standards* de direitos humanos por todo o mundo. É graças ao mérito do Conselho da Europa que existe uma “Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais”, que protege qualquer ser humano no território abrangido pela convenção. A convenção é complementada por um Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, ao qual as pessoas podem recorrer no caso de sofrerem uma violação dos seus direitos humanos.

Há muito mais para ser dito sobre os direitos humanos, o suficiente para escrever uma nova publicação! Aproveite e explore os fantásticos recursos para aprender um pouco mais sobre os direitos humanos e sobre a educação dos direitos humanos:

<http://www.coe.int/hre>

<http://www.un.org/Overview/rights.html>

<http://www.un.org/works/humanrights/humanrights1.html>

[http://www.echr.coe.](http://www.echr.coe.int/http://conventions.coe.int/treaty/en/WhatYouWant.asp?NT=005)

[int/http://conventions.coe.int/treaty/en/WhatYouWant.asp?NT=005](http://www.unhchr.ch/)

<http://www.unhchr.ch/>

## Mulheres

As mulheres têm constituído metade da população desde o início da nossa existência, mas, ainda assim, foram frequentemente ignoradas. Já referimos, mais do que uma vez, que, nos primórdios, as ideias nobres e humanas, tal como a existência e a protecção de direitos naturais inegáveis, eram normalmente aplicadas apenas aos homens e não às mulheres. Quando pega no seu livro de história, quantas vidas de mulheres encontra descritas?

Não é segredo para ninguém que nenhum país conseguiu alcançar uma igualdade total entre mulheres e homens – ainda. Não deixa de ser uma questão válida quando nos perguntamos se existiu alguma mulher influente na história. Pense no capítulo que acabou de ler. Lembra-se de ver algum nome de mulher?

Pode até ser verdade que as mulheres foram menos dominantes em quase toda a história que conhecemos. Mas se considerarmos o dia-a-dia, a única coisa que podemos com certeza afirmar é que as mulheres foram menos influentes na escrita da história e dos livros de história.

Reunimos alguns sites poderosos para que possa descobrir um pouco mais sobre a história das mulheres e a sua situação presente. Aproveite!

<http://www.un.org/womenwatch/>

<http://www.un.org/womenwatch/daw/>

<http://www.lkwdpl.org/wihohio/figures.htm>

<http://www.unifem.undp.org/>

<http://www.un-instraw.org/>

<http://www.ilo.org/public/english/bureau/gender/>

<http://www.feminist.org/>

Agora que acabou de ler as noções básicas da história da cidadania e explorou certos conceitos relacionados com cidadania, está quase a entrar no próximo capítulo, onde apresentaremos os mais recentes desenvolvimentos e debates sobre cidadania. Porém e antes disso, achámos que seria útil oferecer-lhe uma visão sucinta da história da Europa depois da Segunda Guerra Mundial, o que poderá ajudá-lo a localizar os debates contemporâneos sobre a cidadania (europeia) no seu contexto social. Aqui vamos nós!



### **19 de Setembro de 1946**

No seu famoso discurso na Universidade de Zurique, Winston Churchill aclama um género de “Estados Unidos da Europa”. Segundo ele, “[é necessário], um remédio que, como por milagre, transforme o cenário e em poucos anos torne toda a Europa livre e feliz tal como a Suíça é hoje”.

### **16 de Abril de 1948**

Cria-se a Organização pela Cooperação Económica Europeia (OCEE) com o intuito de coordenar a implementação do Plano Marshall, um plano anunciado em 1947 para promover a reconstrução e a revitalização económica da Europa. Hoje, a “Organização pela Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)” conta com 30 Estados-membros que partilham uma obrigação para com a democracia e a economia de Mercado.

*[www.oecd.org](http://www.oecd.org)*

### **7 a 11 de Maio de 1948**

O Congresso Europeu, promovido pela Comissão Internacional de Coordenação de Movimentos pela Unificação da Europa, reúne-se em Haia, na Holanda. É presidida por Winston Churchill e assistida por 800 delegados. Os participantes recomendam que se criem uma Assembleia Deliberativa Europeia e um Conselho Especial Europeu, responsáveis pela preparação política e integração económica dos países europeus. Propõem também a adopção de uma Carta dos Direitos Humanos e, de forma a garantir o respeito pela Carta, a criação de um Tribunal de Justiça.

### **4 de Abril de 1949**

O Tratado Atlântico Norte é assinado em Washington D.C., por doze Estados, criando uma aliança militar de defesa, caso fosse necessário. Hoje a aliança conta com 19 membros, coopera com a Rússia, e espera-se que em meados de 2004 chegue aos 26 membros.

*[www.nato.int](http://www.nato.int)*

### **5 de Maio de 1949**

São assinados os Estatutos do Conselho da Europa, por 10 Estados, em Londres, com o objectivo de proteger os direitos humanos, a democracia pluralista, as normas legislativas e de ajudar na consolidação de uma estabilidade democrática na Europa. Entra em vigor a 5 de Agosto do mesmo ano. A primeira sessão da assembleia consultiva tem lugar no início de Setembro de 1949, em Estrasburgo..

*[www.coe.int](http://www.coe.int)*

### **9 de Maio de 1950**

Num discurso inspirado por Jean Monnet, Robert Schuman, o Ministro Francês dos Negócios Estrangeiros, propõe que a França e a Alemanha, e qualquer outro país europeu interessado, juntem os seus recursos de carvão e de aço (« Declaração Schuman»). Mais tarde, o plano Schuman foi subscrito por mais 6 Estados e aprovado pela Assembleia do Conselho da Europa.

### **18 de Abril de 1951**

Os seis (Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Holanda) assinam o Tratado de Paris, estabelecendo a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), o início modesto da União Europeia (UE) de hoje. Em Maio de 1952 assinam também o Tratado da Comunidade Europeia de Defesa (CED).



#### **4 de Novembro de 1950**

A Convenção Europeia dos Direitos do Homem é assinada pelos Estados-membros do Conselho da Europa, em Roma. Entra em vigor no dia 3 de Setembro de 1953 e define vários direitos e liberdades fundamentais. A Convenção também estabelece um mecanismo internacional que assegura a adesão colectiva à convenção por todas as partes signatárias. Uma das instituições criadas pela convenção é o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que foi fundado em Estrasburgo em 1959.

<http://conventions.coe.int/treaty/en/WhatYouWant.asp?NT=005>

#### **25 de Março de 1957**

Os seis (Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos) assinam o “Tratado de Roma”, que constitui a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM). Os tratados entram em vigor no 1º de Janeiro de 1958 e representam a nova qualidade de cooperação no campo da economia e da política entre os Estados-membros da Europa.

#### **20 a 21 de Julho de 1959**

Sete países da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), a saber, Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido, decidem criar uma Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA). Consideram o comércio livre como o meio para atingir crescimento e prosperidade entre eles. A EFTA foi originalmente pensada para servir como contrapeso da Comunidade Económica Europeia, criada no ano anterior.

<http://www.efta.int/structure/main/index.html>

#### **18 de Setembro de 1959**

É fundado o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, pelo Conselho da Europa, em Estrasburgo, de acordo com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, como instrumento principal para assegurar o cumprimento das obrigações ratificadas pelos Estados-membros.

<http://www.echr.coe.int>

#### **13 de Agosto de 1961**

Construção do Muro de Berlim.

#### **18 de Outubro de 1961**

É assinada, em Roma, a Carta Social Europeia, pelos Estados-membros do Conselho Europeu. Entrou em vigor no dia 2 de Fevereiro de 1965. Tem como principal objectivo a protecção dos direitos humanos sociais e económicos, em contrapartida à Convenção Europeia dos Direitos do Homem que garante os direitos humanos civis e políticos.

<http://www.humanrights.coe.int/cseweb/GB/index.htm>

#### **1 de Julho de 1967**

União dos executivos das três Comunidades Europeias (CEE, EURATOM e CECA).

#### **1 de Janeiro de 1973**

Adesão da Dinamarca, do Reino Unido e da Irlanda às Comunidades Europeias.

#### **1 de Janeiro de 1981**

A Grécia torna-se o 10º Estado-membro da Comunidade Europeia.



### **1 de Janeiro de 1986**

Espanha e Portugal aderem às Comunidades Europeias.

### **6 de Julho de 1989**

Mikhail Gorbachov dirige-se à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, propondo uma nova iniciativa de desarmamento. A sua proposta imprime uma nova qualidade às relações entre o Ocidente e o Oriente e, ao mesmo tempo, enfatiza a importância do Conselho da Europa como o poder para um continente europeu estável e pacífico.

### **9 de Novembro de 1989**

Queda do Muro de Berlim. E com ele, o final do Comunismo Soviético e o colapso da URSS. Vaclav Havel denominou, apaixonadamente, os acontecimentos de 1989 como “O retorno à Europa”, e foi exactamente o que aconteceu. Um regresso à Europa, impondo novas missões a todas as organizações internacionais europeias, fossem elas a UE, o Conselho da Europa, a NATO, a OCDE ou a EFTA. Pela primeira vez desde o final da guerra, a estabilidade democrática pode ser proactivamente consolidada por toda a Europa, que agora vai desde o atlântico à fronteira russa com o Japão.

<http://www.historyguide.org/europe/lecture16.html>

### **7 de Fevereiro de 1992**

O Tratado da União Europeia, também conhecido por Tratado de Maastricht, é assinado em Maastricht. Entra em vigor a 1 de Novembro de 1993, e institui a União Europeia como uma união política. Introduce também o Mercado Único Europeu.

[www.europa.eu.int](http://www.europa.eu.int)

### **8 e 9 de Outubro de 1993**

A primeira cimeira de chefes de Estado e de governos, organizada pelo Conselho da Europa, em Viena, adopta a declaração confirmando a sua vocação pan-Europeia e estabelecendo novas prioridades políticas na protecção de minorias nacionais, e no combate de todas as formas de racismo, xenofobia e intolerância.

### **1 de Janeiro de 1995**

Adesão da Áustria, Finlândia e Suécia.

### **28 de Fevereiro de 1996**

A Federação Russa une-se ao Conselho da Europa, tornando-o uma organização totalmente pan-europeia.

### **25 de Janeiro de 2001**

A Arménia e o Azerbaijão juntam-se ao Conselho da Europa, que conta agora com 43 Estados-membros.

### **1 de Janeiro de 2002**

O Euro torna-se a moeda oficial de 12 Estados-membros da União Europeia. A sua introdução assinala a inigualável cooperação de qualidade entre os Estados-Nação.

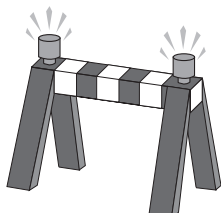
<http://europa.eu.int/euro/html/entry.html>

### **24 de Abril de 2002**

A Bósnia e Herzegovina junta-se ao Conselho da Europa como o seu 44º Estado-membro.



De que se recorde, qual o mais importante acontecimento da sua vida que influenciou o seu papel como cidadão?



Autobiografias de Cidades Paralelas – Cada pessoa desenha a linha do tempo da sua vida, e assinala os acontecimentos mais importantes que influenciaram o seu desenvolvimento como um cidadão activo. Comparem e discutam.

Agora conhece toda a história – pelo menos até ao momento! Já leu sobre as raízes do conceito de cidadania e como evoluiu através dos séculos; explorou algumas noções relacionadas com a cidadania, viu o outro lado de alguns debates actuais, e recordou a história pós-guerra da Europa. Chegou agora a altura de se lançar sobre os desenvolvimentos e as discussões mais recentes que pairam sobre a Cidadania Europeia. Continue e aproveite!



## O Regresso do Cidadão Abordagens contemporâneas à cidadania

### ***Cidadania – uma palavra muito popular***

Esta Mochila Pedagógica é apenas uma das muitas provas de que o, supostamente estático, entendimento de cidadania – a relação entre os cidadãos e o Estado – se tem expandido e de que esta noção vive agora um aumento brutal da sua visibilidade.

O espantoso número de resultados de uma busca no “google” prova exactamente isso. Cerca de 9.280! Se pesquisar por “cidadania” ele encontra mais de 1.560.000 resultados (www.google.co.uk, 10 de Março de 2002). Todos estes sítios são o resultado directo ou indirecto de conferências que foram organizadas, de publicações impressas, de discursos proferidos, de pesquisas realizadas, e de discussões que tiveram, e estão, de facto, ainda a ter lugar com uma intensidade espantosa.

Se seguirmos atentamente alguns destes debates, ou se lermos algumas das publicações ou se olharmos para diferentes sítios sobre cidadania, a primeira coisa que nos salta à vista é as diferenças de utilização e de compreensão do termos cidadania. Rob Gilbert descreve o termo como “um termo abrangente, complexo e contestado.” (1996, pág. 46)

Com o objectivo de ultrapassar o entendimento estático de cidadania como estatuto legal em relação ao Estado-Nação, a maioria dos conceitos contemporâneos de cidadania está intimamente relacionada com a noção de “sociedade civil”. E é por essa razão que nos parece importante descrever o núcleo fundamental de ambas as noções (cidadão-estado e sociedade civil) e enfatizar os elementos comuns, antes de introduzir as abordagens fundamentais que estão a ser discutidas actualmente.

### ***Cidadania contemporânea – mais do que um estatuto dado pelo Estado***

“Recebes um passaporte, podes votar e tens o direito de ser protegido pelo Estado.”

Uma das muitas maneiras como, até há bem pouco tempo, a cidadania era entendida: como a relação directa entre os cidadãos e o seu Estado, com uma definição clara das responsabilidades e direitos de cada um.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, este entendimento de cidadania começou a ser desafiado, questionado e desenvolvido em diversas direcções. As definições que se seguem ilustram este desenvolvimento e mostram que o termo cidadania estava a abrir e a começar a relacionar-se com temas como sentimentos, moral e sentimentos de pertença:

“Cidadania é a prática de uma conduta moral – uma conduta que se preocupa com os interesses dos outros – baseada no auto-desenvolvimento e na cooperação voluntária, em vez de uma intervenção do poder estatal repressiva e compulsiva.”

(Hayek, 1967)

“Cidadania é um estatuto concedido a todos aqueles que são membros plenos de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o estatuto são iguais, relativamente aos direitos e deveres que o estatuto implica. Não existem princípios universais que determinem quais devem ser esses direitos e deveres, mas as sociedades onde a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam a sua própria imagem ideal de cidadania... Cidadania exige um sentimento de comunidade baseado na fidelidade para com uma civilização que é uma pertença comum. É a fidelidade de homens livres, com direitos e protegidos por uma lei comum.”

(Marshall, 1973)

Durante os anos 90, os conceitos de cidadania foram ainda mais aprofundados, ao introduzir a noção de “cidadania multi-dimensional”, e ao criar uma relação directa entre cidadania e identidade. Dessa forma, tentaram reagir aos recentes desenvolvimentos, tais como a integração europeia, a globalização, a migração e as suas consequências políticas, sociais, económicas e ecológicas.



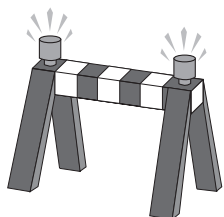
Mais uma vez, esperamos que a selecção de definições, deste período, ajude a dar uma ideia quanto a estes desenvolvimentos conceptuais:

“Cidadania é a luta pacífica através da esfera pública, que é dialógica.”  
(Habermas, 1994)

“A cidadania não é apenas um estatuto, definido por um conjunto de direitos e de responsabilidades. É também uma identidade, a expressão da nossa pertença à comunidade política.”  
(Kymlicka and Norman, 1995)

“Cidadania é um conceito complexo e multidimensional. É composto por elementos legais, culturais, sociais e políticos e provê aos cidadãos direitos e deveres definidos, um sentimento de identidade e de laços sociais.”  
(Ichilov, 1998)

“Cidadania é a participação e a comunidade activa de indivíduos na sociedade, que têm direitos e responsabilidades e que têm também a capacidade de influenciar a política. Desta forma, a cidadania deve ser mais do que apenas um estatuto político e jurídico, é também um papel social.”  
(César Birzea, Junho de 2002, no 2º curso piloto sobre Cidadania Europeia, organizado pela Parceria entre a Comissão Europeia e o Conselho da Europa)



Conduza a Actividade das Afirmações, usando as citações desta secção. Uma pessoa lê alto uma das citações, e os participantes devem-se mover para diferentes zonas da sala, dependendo se concordam ou não com a afirmação.

A seguir devem explicar o porquê da sua posição, e podem alterar a sua posição caso sejam convencidos pelo argumento de outro. O *debrief* deste exercício é muito importante, pois permite que as pessoas expressem como se sentiram durante a actividade (não deve, no entanto, servir para voltar à discussão, embora isso aconteça muito facilmente!).

As definições reunidas não são nem exclusivas nem exaustivas e devem dar apenas uma ideia da forma abrangente e diversa que o termo “cidadania” era, e ainda é, compreendido e de como o seu entendimento foi mudando e desenvolvendo ao longo dos tempos. Para além disso, as definições ajudam-no a fazer algumas observações relativamente às semelhanças entre os diferentes conceitos e entendimentos de cidadania.

Qual acredita ser mais importante (ordene-os de 1 a 4)



- Ter direitos legais de cidadão (ex. votar)
- Sentir uma relação com a comunidade a que pertence
- Acreditar, por si próprio, no respeito por todas as pessoas
- Ter habilitações práticas e capacidade de se empenhar na política e/ou na sociedade civil





---

## Elementos comuns

Um dos elementos partilhados por todas as definições de cidadania é a questão de pertencer a uma comunidade. Este tipo de comunidade pode ser definido por uma série de elementos, como sejam: um código moral partilhado, um conjunto idêntico de direitos e deveres, lealdade para com uma civilização de pertença comum, um sentimento de identidade.

No sentido geográfico, a comunidade é normalmente definida a dois níveis principais, diferenciando a comunidade local, onde as pessoas vivem, e o Estado, a que as pessoas pertencem. Estes dois níveis não são exclusivos, no entanto, dependendo do conceito e/ou da definição, a ênfase pode ocorrer mais a um nível do que a outro (Audigier, 2000, pág. 17).

Outro aspecto comum é que a cidadania existe sempre em espaços públicos e democráticos, onde os cidadãos têm direitos e responsabilidades iguais. Estes direitos e obrigações vão sendo exercidos e cumpridos, enquanto respeitam os direitos de outros cidadãos e contam que também eles cumpram as suas responsabilidades.

## Diferentes conceitos e contextos

Para além destes elementos partilhados, existe também uma série de diferenças conceptuais. Normalmente, essas diferenças são identificadas a partir do adjectivo que se utiliza com a palavra “cidadania”. Veja o exemplo do conceito de “cidadania democrática”, tal como foi promovido pelo Conselho da Europa. O adjectivo “democrático” sublinha a crença que a cidadania deve ser baseada em princípios democráticos e certos valores, tais como: o pluralismo, o respeito pela dignidade humana e pelos princípios da lei.

À parte dos elementos acima mencionados, que nos ajudam a comparar, analisar, estruturar e diferenciar os vários conceitos de cidadania, existem algumas componentes que parecem ser arbitrárias, a menos que sejam observadas num contexto específico para o qual foi desenvolvido e está em utilização, um modelo de cidadania. O adjectivo “Europeu”, por exemplo, é usado não só como referência ao território, mas também como referência a uma certa identidade, sentimento de pertença e um conjunto de direitos culturais. O seu correcto significado só pode ser entendido se tivermos em atenção o seu contexto específico, ou seja, o propósito político, a estrutura institucional e/ou o desenvolvimento histórico da ideia.

## Sociedade civil – do que é que trata?

Tal como já dissemos, o entendimento de cidadania evoluiu de uma relação cidadão-estado, em termos puramente legais, para um conceito que envolve relações multi-dimensionais entre os cidadãos e o Estado, os cidadãos e a comunidade e os cidadãos e eles mesmos. Hoje em dia, “Cidadania” é muito mais do que uma construção legal e está relacionada – entre outras coisas – com o vosso muito pessoal sentimento de pertença, por exemplo, o sentimento de pertencer a uma comunidade que vocês podem moldar e influenciar directamente. O espaço onde pode ser ou onde se pode tornar influente é na sociedade civil.

Existem já numerosas tentativas de definir a “sociedade civil”. A expressão corre de boca em boca, mas nem toda a gente a usa com o mesmo significado. Embora o termo exista já há muito tempo, a sua popularidade cresceu nos últimos vinte anos. Durante as duas últimas décadas, vimos e experienciamos o que Forbrig (2000) descreve como sendo “um renascimento extraordinário” do termo e do conceito de sociedade civil em todos os cantos da Europa.

Introduzida pelos filósofos do Iluminismo Escocês, como Adam Smith e David Hume, a sociedade civil, no seu sentido original, pretendia caracterizar a sociedade como um todo, o que não implicava necessariamente a democracia (Wimberley, 1999, pág. 1).

Mais tarde, uma interpretação restringe a sociedade civil às estruturas sociais exteriores ao Estado, ou, por outras palavras, simplifica a sociedade civil a sociedade menos o Estado.

O terceiro conceito, e provavelmente o mais comum nos dias de hoje, entende a sociedade civil como a esfera de organizações não-governamentais e associações (especialmente as de cariz voluntário). Está, por isso, intimamente ligada ao denominado “terceiro sector”.

A maioria das definições e debates contemporâneos referem o terceiro ponto de vista, sendo que o principal debate passa pela questão de inclusão ou não da religião, economia e/ou família na sociedade civil (Bahmueller, 2000, pág. 1).



A definição sociológica que se segue de sociedade civil é amplamente aceite:

“Sociedade civil pode ser definida como um conjunto ou um sistema de grupos intermediários auto-organizados que:

- (1) são relativamente independentes não só das autoridades públicas como das unidades privadas de produção e de reprodução, ou seja, de empresas e de famílias;
- (2) são capazes de deliberar e de agir em conjunto, defendendo ou promovendo os seus interesses ou paixões;
- (3) não procuram substituir os agentes de Estado nem tão pouco os (re)produtores privados, ou aceitar responsabilidade de governar a comunidade política como um todo; e
- (4) concordam com as acções integradas nas regras pré-estabelecidas de uma natureza civil, logo, mutuamente respeitadora.”

(Schmitter, 1997, pág. 240)

Independentemente da construção da definição, na qual poderemos basear uma discussão, a grande maioria destes debates começaram tendo em conta uma única premissa: a Sociedade está em mudança. O conceito de Estado-Nação, antes uma construção hermeticamente fechada, é agora permeável. Os resultados são ainda desconhecidos, mas podemos ter a certeza de que será algo de muito diferente (Lauritzen, 1998).



Como é que vê o seu papel na sociedade civil?  
Qual a representação que melhor o descreve?



## ***A UE e o CDE e as suas abordagens à cidadania***

Esta Mochila Pedagógica não pode – nem é seu objectivo – descrever tudo o que a União Europeia e o Conselho da Europa fizeram sobre a Cidadania Europeia. Pode apenas sublinhar alguns dos aspectos que têm relevância neste contexto.

Um desses aspectos prende-se com o facto de que nem o texto fundador do Conselho da Europa, nem tão pouco o da União Europeia, contêm as palavras “cidadania” ou “cidadão”. Hoje em dia, ambas as instituições sublinham a importância do conceito de “cidadania”, seja ela europeia, activa e/ou democrática.

O início deste capítulo mostrou-nos que estas duas instituições não são as únicas que procuram “o regresso do cidadão”. Pelo contrário, este esforço vem de todos os lados. Será porque as nossas democracias estão ameaçadas, como muitas pessoas alegam, confrontadas com a diminuição da participação nos votos e nas eleições, ou seja, nas formas tradicionais de empenho na sociedade? Será porque os cidadãos activos e a sociedade civil têm de substituir o estado social de forma a manter a coesão social? Ou será apenas mais uma campanha-rumor para manter as ONGs ocupadas?

Procurar respostas profundas para estas questões está muito além do âmbito desta publicação. As opiniões sobre este tema são tão diversas como o número de leitores da nossa Mochila Pedagógica. Acreditamos que há mais por trás do conceito de “cidadania” do que uma excitada resposta à desilusão política. Ou, usando as palavras do Professor François Audigier: “Não devemos considerar “o regresso do cidadão”, o apelo necessário a uma cidadania de iniciativas, de proximidade e de responsabilidades, como o resultado feliz de uma crise de Estado e das instituições políticas democráticas.” (Audigier, 2000, pág. 14)

Uma diferença interessante entre as duas instituições europeias é que a cidadania da União Europeia é estrita e claramente condicionada. Apenas alguém que possua a cidadania de um dos seus Estados-membros é também um cidadão europeu. Por outro lado, a **Convenção Europeia dos Direitos Humanos**, protege qualquer ser humano dentro da área abrangida pela convenção, independentemente da sua nacionalidade. Ainda assim, é frequente ouvir muitos políticos da UE a falar sobre a “Cidadania Europeia”, referindo-se apenas à cidadania legal de uma pessoa que vive na União Europeia. A Cidadania Europeia – pelo menos no contexto desta Mochila Pedagógica – é, claramente, mais abrangente do que esta interpretação limitada e exclusiva.

*Convenção Europeia dos  
Direitos do Homem  
(veja pág. 26)*



Podemos observar outro factor distintivo na abordagem dos programas institucionais no sector da juventude. As respostas que as duas instituições pretendem fornecer à pergunta “Criámos a Europa, mas como é que agora criamos Europeus?” são muito diferentes. Embora ambos acreditem na premissa que as pessoas nascem, mas os cidadãos são criados, a UE tenta trazer a “Europa mais perto dos seus cidadãos” através de experiências pessoais interculturais, serviço voluntário e diálogo directo com os jovens (Comissão Europeia, 2001, pág. 17); enquanto que o Conselho da Europa confia nas experiências de grupo interculturais, aprendizagem intercultural em ambientes de aprendizagem protegidos, trabalho com multiplicadores e na criação de efeito bola de neve.

Apesar de todas as diferenças e da diversidade das suas abordagens, ambas as instituições partilham uma convicção comum – pelo menos no que concerne ao campo dos jovens – que é a convicção de que a identidade europeia apenas pode ser definida por um conjunto de valores geralmente partilhados, uma abordagem que clama por um consenso em vez de uma co-acção. Esta crença reflecte-se numa variedade de resoluções do Conselho da Europa, em imensos documentos políticos de organizações de jovens, e mais recentemente, em documentos da União Europeia, tal como “o Livro Branco da Juventude” da Comissão, onde a Europa aparece referida como a “campeã dos valores democráticos” (Comissão Europeia, 2001, pág. 52). Por conseguinte, é coerente que as duas principais instituições europeias, baseadas nesta convicção partilhada, tenham iniciado uma parceria que combine a experiência e a força para promover a noção de “Cidadania Europeia” – uma cooperação que faria sentido para todas as áreas de trabalho, mas que no momento, se limita ao sector da Juventude.



Quando foi a última vez que ouviu algo da UE ou do Conselho da Europa sobre a Cidadania Europeia?  
Qual a interpretação de Cidadania Europeia que estava subjacente à sua mensagem?



### **Desenvolvimentos recentes**

Sem dúvida que a sociedade está a mudar, influenciada por uma variedade de factores, que são, frequentemente, associados ao que muitos denominam **pós-modernidade**. Esta caracterização manifesta-se numa série de diferentes modas e tendências, tais como:

- uma revolução de informação provocada por novas informações e tecnologias de comunicação;
- uma alteração fundamental na produção e utilização do conhecimento;
- um sentimento de identidade em mutação, que valoriza menos os interesses comuns e os valores partilhados do que anteriormente;
- uma mudança na natureza da política e na forma como os cidadãos participam nos processos políticos.

Todos estes desenvolvimentos têm uma influência significativa na cidadania (e na educação e formação para a cidadania). As opiniões sobre as possíveis consequências variam substancialmente, ainda que ninguém questione a sua existência.



Que impacto terão estes desenvolvimentos na cidadania?



Alguns argumentam que a noção de identidade deve ser e permanecerá a essência da cidadania, mas que precisa de ser desligada do Estado-Nação e expandida para vários níveis geográficos, de um nível local a um nível global (Gilbert, 1992, pág. 58).

*Pós-modernidade  
(veja pág. 25)*



---

Outros acreditam que o conceito “tradicional” de cidadania está prestes a desaparecer na sociedade pós-moderna. Há necessidade de um novo terreno onde se possa desenvolver outra forma de cidadania (Gilbert, 1992, pág. 59).

Uma outra teoria, embora partilhe uma avaliação um pouco pessimista das tendências pós-modernas na sociedade, argumenta que alguns dos “desenvolvimentos pós-modernos oferecem novas possibilidades à cidadania” (Gilbert, 1992, pág. 60).

O debate ao nível europeu segue o primeiro ponto de vista há já algum tempo – que a identidade é a essência da cidadania, do local para o global. Não são apenas as instituições que argumentam a favor de uma Cidadania Europeia, com uma faceta europeia complementar a outros elementos. As organizações da sociedade civil afirmam que “o desenvolvimento da integração europeia requer a concretização do conceito de Cidadania Europeia” (European Youth Fórum, 2001, pág. 1).

Mas, ainda que concordem com a crença que a noção de identidade deve ser desligada do Estado-Nação e alargada, existem ainda alguns que argumentam que o ponto de referência subjacente deveria ser um conjunto de valores partilhados em vez de apenas a região geográfica. Quem partilhar esses valores é um cidadão europeu, “e podem-no ser em Moscovo ou no Cairo, em Atenas ou em Castrop-Rauxel.” (Lauritzen, 1998, pág. 5).

De acordo com a interpretação da noção de “cidadania”, existem diferentes teorias no que concerne o seu desenvolvimento futuro:

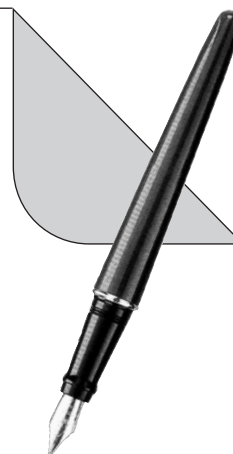
- Será o Estado-Nação um conceito do passado?
- Será que os cidadãos farão referência a uma comunidade de valores em vez de a um Estado-Nação?
- Será que o conceito de cidadania tem algum futuro?

Tentaremos dar algumas respostas a estas questões no próximo capítulo, mais uma vez sem a pretensão de sermos completos ou exclusivos, mas sim, exemplificando a diversidade de opiniões e teorias.



## **Sociedade Pós-moderna**

Deixamos aqui uma nota, retirada do livro "Introdução ao Pós-modernismo", do Dr. Grenz, esperando que vos ajude a perceber o que significa uma sociedade pós-moderna: "Pós-modernismo refere-se à disposição intelectual e expressões culturais que se tornam cada vez mais dominantes na sociedade contemporânea. Estas expressões questionam ideais, princípios e valores que estão na base da mentalidade moderna. Por sua vez, **pós-modernidade** refere-se à era em que vivemos, a altura em que o aspecto pós-moderno modela, cada vez mais, a nossa sociedade. Assim, o adjetivo, pós-moderno, refere-se à mentalidade e aos seus produtos. Estes têm-se reflectido em muitos dos tradicionais veículos da expressão cultural. Desta forma, temos arquitectura, arte e teatro pós-moderno. Pós-modernidade é a era em que reinam as ideias, as atitudes e os valores pós-modernos – quando a disposição do pós-modernismo molda a cultura. Esta é a era da sociedade pós-moderna."



## **Pós-modernismo – definição baseada num texto retirado de [www.counterbalance.org](http://www.counterbalance.org)**

Um termo geral e abrangente que é aplicado à literatura, arte, filosofia, arquitectura, ficção e à crítica cultural e literária, entre outros. O pós-modernismo pode ser definido como uma reacção à certeza presumida dos esforços científicos, ou objectivos de explicar a realidade. Na sua essência, o pós-modernismo é altamente céptico relativamente a explicações que afirmam ser válidas para todos os grupos, culturas, tradições, ou raças, por isso sublinha as verdades relativas de cada pessoa. No seu entender, a interpretação é tudo; a realidade só existe através da nossa interpretação do que o mundo significa para nós, individualmente. Pós-modernismo acredita em experiências concretas em detrimento dos princípios abstractos, acreditando que o resultado da nossa própria experiência será necessariamente falível e relativo, em vez de certo e universal.

Pós-modernismo é pós porque nega a existência de princípios derradeiros, e falta-lhe o optimismo da existência de uma verdade científica, filosófica ou religiosa que explica tudo a toda a gente – uma característica da chamada mente "moderna". O paradoxo da posição pós-moderna é que, ao fixar todos os princípios sob o escrutínio do seu cepticismo, até mesmo os seus próprios princípios são questionados. Contradiz-se quando diz que não existem verdades universais – excepto claro a verdade universal do pós-modernismo.

Um elemento fundamental de que nos devemos sempre lembrar como uma das características identificadoras do pós-modernismo é que existem uma série de diferentes tipos de pós-modernismo, uma série de diferentes teorias envolvidas pelo termo "pós-modernismo". Muita gente acha que não é possível, ou pelo menos, que não é seguro, chegar a apenas uma definição de pós-modernismo, mas existem certamente alguns elementos-chave. A diversidade é um deles; muito da teoria multicultural foi incluído no que é considerado o Pós-modernismo, e, em muitas áreas, parece valorizar-se mais as vozes de muitos do que as vozes escolhidas de uns poucos. Frequentemente, os autores pós-modernos definem-se em contraste com os modernos, o que é o mesmo que dizer: não como grandes mentes individuais que trabalham isoladas na produção de "grandes obras"; não sobre a separação de uma cultura alta e baixa; não sobre a existência de uma grande verdade universal que todos trabalham para achar (talvez por isso não exista uma verdade universal sobre o que é o pós-modernismo) e, por conseguinte, não sobre uma versão em particular sobre o universo.

O problema surge, na tendência extrema, com a desconstrução total, com a relativização total, e com a remoção de todos os valores comuns ou da responsabilidade moral humana, para que não exista um bem ou um mal, uma vez que tudo depende do contexto social e cultural. Torna-se assim difícil de condenar as atrocidades do século passado, ou dos mais recentes ataques terroristas. Então, com que é que se parece o pós-modernismo?



### **Convenção Europeia dos Direitos do Homem**

A “Convenção Europeia dos Direitos do Homem” estabelece uma série de direitos e liberdades fundamentais (direito à vida, proibição de tortura, proibição de escravatura e de trabalho forçado, direito à liberdade e à segurança, direito a um julgamento justo, a não ser castigado sem sentença, direito de respeitar a vida privada e familiar, liberdade de pensamento, consciência e religião, liberdade de expressão, liberdade de reunião e de associação, direito a casar, direito a dispor de meios judiciais efectivos/um recurso efectivo, proibição de discriminação). São garantidos mais direitos através de protocolos adicionais à Convenção. Os Estados comprometem-se a assegurar estes direitos e liberdades a todos dentro da sua jurisdição.

A convenção também estabelece um mecanismo de co-acção internacional. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, em Estrasburgo, foi criado com o objectivo de assegurar a observação dos compromissos feitos pelos Estados. Ele ocupa-se de petições individuais e interestaduais. A pedido do Comité de Ministros do Conselho da Europa, o tribunal pode também emitir opiniões consultivas relativamente a interpretações da Convenção e dos seus protocolos.





## Possíveis desenvolvimentos futuros – o futuro não é o que não foi, mas sim...

No final da viagem pela nossa História, e depois de termos visto as alterações sofridas na nossa interpretação colectiva de cidadania, vamos observar as mais recentes, e possivelmente, futuras alterações sociais e desenvolvimentos relativamente à noção de cidadania. Este exercício pode ajudar-nos a antecipar algumas respostas para as tensões e os desafios emergentes relativos à noção de cidadania. Ao mesmo tempo, é também importante reconhecermos as limitações intrínsecas de o fazer. Tal como a experiência nos mostrou, o futuro é imprevisível.

Alguns dos mais relevantes desenvolvimentos sócio-políticos que influenciam significativamente a interpretação e o desenvolvimento de cidadania são: a revolução tecnológica, a globalização, a migração, a degradação ambiental, a inversão da pirâmide demográfica nas sociedades industriais, o alargamento da União Europeia, os ataques terroristas e as suas consequências.

Cada um destes desenvolvimentos sociais é muito complexo, para além de que existem múltiplas interacções e implicações mútuas entre eles. Nos parágrafos que se seguem, tentaremos introduzir, de forma muito sucinta, as principais tensões ou questões em aberto relacionadas com a noção de cidadania levantadas por estas alterações sociais.



Quais lhe parecem ser as alterações mais importantes que ocorrem neste momento na sua sociedade?



### **Uma nova relação entre o indivíduo e a(s) comunidade(s) de referência**

Até há bem pouco tempo, as comunidades de referência para os indivíduos (comunidades com que as pessoas se relacionam), eram algo claras e limitadas, por exemplo: família, cidade, região, país, grupo de amigos, colegas de trabalho, grupo religioso. As formas de participação eram determinadas pelas “regras” ou hábitos dessas comunidades com as quais interagimos, como por exemplo: sexo, idade, profissão e situação sócio-económica dos indivíduos. As possibilidades de os indivíduos participarem eram, por conseguinte, muito limitadas, mas ao mesmo tempo, claramente estruturadas.

Hoje em dia, os fenómenos como a globalização, a integração europeia, a degradação do ambiente global e as possibilidades tecnológicas convidam-nos a pensar em comunidades de referência maiores e mais distantes, como a Europa ou o mundo. Ao mesmo tempo, as tradicionais comunidades de referência vão perdendo estabilidade como consequência destas alterações, como a migração em grande escala tanto dentro como para fora dos países.

Normalmente, os indivíduos e os cidadãos têm a sensação de que muito do que acontece no mundo os afecta. Mas, ao mesmo tempo, também têm a sensação que a forma como isso os influencia não é clara nem directa.

Por outras palavras, o mundo parece que se tornou demasiado pequeno, do ponto de vista da informação, da economia, do ambiente e da interdependência. No entanto, e ao mesmo tempo, o mundo parece que se tornou mais difícil de ser influenciado pelos indivíduos. Parece que os indivíduos conseguem facilmente ser espectadores de uma série de filmes, mas ao mesmo tempo, é muito difícil tornarem-se actores em qualquer um dos filmes, incluindo o seu.

“O mundo parece que está cada vez mais pequeno, e, no entanto, mais difícil de influenciar.”

Apesar da confirmação, através de pesquisa, de tendências gerais (veja, por exemplo, *Life chances and Livelihoods* (2000), Publicações das Nações Unidas, Genebra), vale a pena lembrar que também existem muitas excepções encorajadoras: indivíduos empenhados, que participam activamente e têm alguma influência nas suas comunidades.



O desafio aqui passa por tentar desenvolver uma nova relação, mais chegada, mais equilibrada, entre o indivíduo ou cidadão e a(s) comunidade(s) de referência; a base para uma cidadania activa.

*Slogans* como “pensem globalmente, ajam localmente” e “informação reflexiva que leva a acção” inspiraram os esforços dos grupos que preenchem a distância existente entre os indivíduos e os mecanismos de participação nas nossas sociedades. As organizações não-governamentais usam o espaço intermédio da sociedade civil – entre os cidadãos e as estruturas políticas – para promover a participação e a democracia participativa. Os diferentes grupos de lobbies tentam representar os interesses dos grupos de indivíduos nos processos de tomada de decisão.

No entanto, parece que todas estas iniciativas em conjunto com outras não conseguem preencher totalmente as lacunas existentes entre cidadãos e os organismos que tomam decisões nas nossas sociedades. O desafio continua presente, continua a ser necessário re-equilibrar, tendo mais em atenção os indivíduos e a sua relação com as comunidades de referência.

### ***A Europa e o resto do mundo***

Os mais importantes desenvolvimentos sociais presentes e futuros (como a revolução tecnológica, a globalização, a migração e a degradação ambiental) acontecem, ou têm consequências, a um nível mundial. Por conseguinte, qualquer desenvolvimento da Cidadania Europeia deve ter em atenção as realidades e aspirações do resto do mundo.

Depois de termos “Europeizado” o mundo durante séculos (através da colonização, da divulgação dos modelos políticos, sociais e culturais, guerras mundiais e frias), chega agora o tempo de “globalizar” a Europa, de pensar a Europa numa perspectiva mais global e mais abrangente.

A Cidadania Europeia não deve ser pensada como uma ilha de direitos e privilégios. Pelo contrário, as condições de vida privilegiadas dos europeus – comparadas com outras em outras partes do mundo – devem facilitar a integração das aspirações mundiais, tais como a paz, a democracia, os direitos humanos e a promoção de um desenvolvimento ecologicamente sustentável.

A Europa, devido à sua história e à posição que presentemente ocupa na comunidade internacional, tem um papel específico a ser desempenhado e uma responsabilidade relativamente ao resto do mundo. As nossas ligações históricas a muitos países fora do nosso continente podem ajudar-nos a “perceber o mundo”; algo que é mais fácil dizer que fazer. O nosso poder económico e político deveria permitir uma articulação de mecanismos eficazes de forma a melhorar, para bem de todos, as condições de vida e as oportunidades de não-europeus.

Sem querer cair numa posição Euro-centrista, a contribuição específica de uma Cidadania Europeia renovada poderia consistir neste entendimento e de um compromisso por parte dos europeus para toda a humanidade. A Cidadania Europeia – encarada como a cidadania de dentro da Europa e empenhada com o mundo – deveria ajudar-nos a conseguir alcançar sociedades pacíficas e democráticas por todo o mundo, que respeitem os direitos humanos e vivam numa estrutura de desenvolvimento ecologicamente sustentável.

### ***A resposta ética***

Os cientistas dizem que o mundo é tão pequeno e interdependente que o bater de asas de uma borboleta na floresta da Amazónia pode provocar uma violenta tempestade no outro lado da Terra. Este princípio é conhecido como o “Efeito Borboleta”. Hoje em dia, sabemos, talvez até melhor do que nunca, que a maioria das actividades humanas tem o seu próprio “Efeito Borboleta” – para o melhor e para o pior. Esta constatação deve conduzir as nossas acções para o melhor.

Sem subestimar as diferenças políticas, culturais ou religiosas, os recentes desenvolvimentos sociais (tais como as tecnologias de comunicação, a globalização económica, o processo europeu de integração, migrações) fazem-nos sentir mais perto uns dos outros, por todo o mundo.

Ao mesmo tempo, o aumento não só do conhecimento como também da informação faz-nos perceber, mais claramente do que nunca, onde se situam as restantes fronteiras da humanidade. As Agências das



---

Nações Unidas, por exemplo, lembram-nos, ano após ano, que as verdadeiras fronteiras de hoje se situam entre os poderosos e os impotentes, entre os privilegiados e os humilhados. E, em vez de desaparecerem, estas fronteiras estão cada vez mais fortificadas.

Durante o tempo que leva a ler este parágrafo, vão nascer diversas crianças em todo o mundo. As suas mães pegar-lhes-ão, alimentá-los-ão, confortá-los-ão e preocupar-se-ão – tal como qualquer outra mãe faria em qualquer parte do mundo. Nestes actos básicos da natureza humana, a humanidade não conhece divisões. No entanto, a maioria destes bebés começa as suas vidas a séculos de distância da prosperidade que uma pequena parte da humanidade alcançou. Viverão em condições que para muitos de nós são consideradas desumanas. (Adaptado do discurso Nobel em 2001, por Kofi Annan)

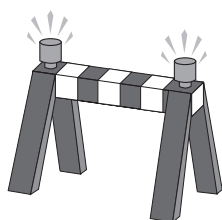
A humanidade aproxima-se através das tecnologias de comunicação e de informação, processos de integração internacional e globalização, e, ao mesmo tempo, torna-se cada vez mais fragmentada devido às crescentes diferenças entre os privilegiados e os humilhados. Estas co-existent, opostas, contraditórias sinergias de “unificação” e “fragmentação” constituem um paradoxo e um enorme desafio económico, social, político, cultural e educativo para a humanidade como um todo. Este desafio tem de ser ultrapassado não só porque a situação da nossa “aldeia global” pode tornar-se indomável no futuro, mas também porque questiona a nossa natureza humana, a nossa dignidade como seres humanos e a nossa capacidade de vivermos juntos.

“A Humanidade está a aproximar-se, mas ao mesmo tempo está mais fragmentada.”

De modo a ultrapassar este desafio, precisamos de uma resposta pessoal e colectiva que pode ser, no princípio, uma resposta ética baseada na solidariedade e respeito mútuo de forma a conseguir alterar a situação presente. Este terreno ético comum de solidariedade e respeito mútuo pode ser a base para um entendimento reciclado de cidadania e o fio de ligação entre as diferentes medidas económicas, sociais, políticas, culturais e educativas a serem tomadas de forma a transformar a presente situação. No próximo capítulo deixamos um esboço de como traduzimos este ponto de vista na nossa visão da Cidadania Europeia.



Por que valores básicos nos devemos guiar  
nestas alturas de mudanças?



Tente visionar o seu país (ou a Europa, ou o mundo) daqui a vinte anos. Isto pode ser feito, através de desenho, pintura, colagens, teatro de imagens. Partilhem as vossas visões e discutam as implicações que possa trazer a cidadania.